

Gramática e filosofia (a propósito de três gramáticas filosóficas da língua portuguesa)

JOSÉ MOREIRA DA SILVA
(Universidade do Minho)

1. No acervo bibliográfico relativo aos problemas da linguagem, são avultados os títulos que estabelecem uma aposição entre *gramática* e *filosofia*. Uma busca ligeira a tal acervo permitir-nos-ia evidenciar, na produção europeia e com maior incidência na francesa, um conjunto de obras que, pelo seu impacto nas respectivas épocas, mereceriam uma menção especial. Tomando como referência histórica e temática a *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal, são relevantes, por exemplo, os *Principes généraux et raisonnés*, de Restaut e de Sylvestre, o *Hermes*, de Harris James, a *Grammaire Raisonnée*, de Du Chatelet, a *Différence entre la grammaire et la grammaire générale raisonnée*, de Bouchot, a *Grammaire Générale* de Beauzée, a *Logique* de Du Marsais e de Condillac, *Les principes raisonnés* de De Lavaud, a *Métaphysique* de Fauleau, para além das obras de Levizac, Sicard, Loneaux, Thiébault, Daube, Boinvilliers ou Montlivault cujos títulos estabelecem ou sugerem tal aposição¹.

Mais recentemente, obras como *The philosophy of Grammar*, de Jespersen, *Le parallélisme logico-grammatical*, de Serrus, o *Logicismo y antilogicismo en la gramática*, de Coseriu ou a *Philosophie der Grammatik* de Köller² renovam a importância do tema, ora num sentido fortemente crítico da intersecção entre a **gramática** e a **filosofia** (a **lógica**), ora numa perspectiva relacional, caso de Köller, que releva fenómenos que vão da Semiótica à Semântica, à Lógica e, finalmente, à Hermenêutica.

Bebendo da *Grammatica philosophica*, de Schopp, e da *Minerva* de Sanchez de las Brozas, numa tradição humanista e naturalmente latinizante, a *Grammaire Générale et Raisonnée* expõe-se em oposição, parcialmente também em complemento, ao pensamento gramatical precedente. Contrariamente ao amontoado de regras ou de receitas que conformavam as **artes** de bem falar e de bem escrever, a *Grammaire Générale* apresenta como objectivo fundamental o conhecimento do

que se passa no nosso espírito tendo em vista a compreensão dos fundamentos da gramática. As línguas explicam-se pelos actos intellectivos que julgam ou concebem – daí a evidência do logicismo –, sendo passíveis, portanto, de serem explicadas razoadamente a partir da dedução de princípios coerentes e de verdades “evidentes” [entre aspas]. Neste sentido, ao ultrapassar a feição expositivo-normativa das artes anteriores, a gramática veste-se de lógica, de psicologia e de filosofia, apresentando-se fundamentalmente como uma reflexão sobre a natureza das línguas naturais e da própria linguagem.

Ao “vestir-se de lógica”, a gramática atribui a este sistema de razão pura (Hegel) um lugar específico na abrangente disciplina filosófica: falar de *gramática filosófica*³ significa elevar a *lógica* à categoria de arte de pensar. Na tradição clássica, sendo uma das partes da filosofia, a lógica tem como objecto a análise da verdade ou da falsidade dos julgamentos de valor, o encadeamento dos juízos e o próprio método científico. Neste sentido, na medida em que releva não só o conjunto de regras necessárias ao pensamento correcto, mas também o conjunto de leis demonstrativas dessa mesma correcção, a lógica tende a elevar-se de arte a ciência.

2. Os séculos XVIII e XIX assistem ao aparecimento, em Portugal, de três gramáticas filosóficas devedoras do logicismo de Port-Royal e de explicações gramaticais e filosóficas de algumas das obras atrás referidas. A *Grammatica Philosophica e Ortographia Racional da Lingua Portugueza*, de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, a *Gramática Filosófica da Linguagem Portuguêsa*, de João Crisóstomo do Couto e Melo e a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados à Nossa Linguagem*, de Jerónimo Soares Barbosa, publicadas em Lisboa respectivamente em 1783, 1818 e 1822, são três projectos relevantes, mas não de valor equivalente.

A *Grammatica Philosophica*, de Melo Bacelar, primeira portuguesa a adir, em título, *gramática* e *filosofia*⁴, profusa em referências a gramáticos clássicos e nacionais (dos franceses limita-se a Restaut, presumivelmente aos *Principes Généraux*⁵), abre a sua primeira parte precisamente com uma definição de “grammatica philosophica”, entendendo-a como “hum’a collecção de Leis, com que arrazoadamente fabricamos, e dispomos os sons, que communicão aos outros os nossos conceitos” (p.53)⁶ e complementando-a com uma explicitação: “*Grammatice* significa no Grego, e Latim a collecção de Leis sobre as regras, e seus sons⁷; e a palavra *Philosophós* denóta o raciocínio, que se faz sobre todas as dittas Leis, e seus objectos” (*id.*).

Ao distinguir claramente a gramática filosófica das demais gramáticas, põe Melo Bacelar em evidência nestas a arbitrariedade das leis fónicas, em claro contraste com a relevância dada ao raciocínio, valorador dos aspectos lógico-gramaticais que conformam as línguas naturais. O “arrazoado” ou “discursado regulamento” da “perfeita língua de comunicação” que é a língua portuguesa constitui, então, a sua gramática filosófica, cujos “sons regulados” conformam o seu objecto e as suas partes. Para além das três partes fundamentais relativas ao Agente Gramatical (Nominativo), à Acção Gramatical (Verbo) ou ao Accionado

Gramatical (Paciente e Adjuntos), a *Grammatica Philosophica* de Melo Bacelar pouco mais oferece de relevante.

A fundamentação lógico-filosófica da *Gramática* de Couto e Melo, mas não o seu corpo, ultrapassa claramente a fundamentação atrás exposta, aproximando-o da lição das gramáticas gerais, que, aliás, mostra conhecer em profundidade. A referência a Garat ("L'art de penser avec justesse, est inséparable de l'art de parler avec exactitude"), Descartes, D'Alembert, Beauzée, Boivinilliers, Lévizac, Girard, Restaut, Duclos e Condillac, entre outros, bem como a referência a Port-Royal e aos princípios da Gramática Geral, permitem a anterior afirmação, e conduzem-nos a uma peculiar leitura da sua *Arte de Pensar*, ou, o que é o mesmo, da sua *Gramática Filosófica*.

As expressões "parler avec exactitude" e "penser avec justesse", alicerces da *Arte de Pensar*, pretendem guiar o rigor das definições. Partindo da consideração de que os nossos sentidos são o veículo de conhecimento do mundo, torna-se importante definir conceitos, alguns aparentemente vagos, como *ideia, cor, cheiro, juízo, raciocínio, substância, sujeito, atributo, frase, sintaxe, linguagem*, etc. Para pensar correctamente, para falar e escrever com exactidão, é fundamental, na óptica de Couto e Melo, conhecer as "operações do nosso entendimento", conhecer e dominar as nossas faculdades linguísticas, desenvolver as capacidades de raciocínio.

Se as gramáticas apresentadas se caracterizam univocamente como *artes de pensar*, a *Filosófica* de Jerónimo Barbosa define-se pela confluência do termo *gramática* com o termo *filosofia*. Por um lado, normativamente, a "*Grammatica com o termo filosofia*" (1830:1)⁸, constitui a *Arte de falar e escrever correctamente a propria Lingua*" (1830:1)⁸, constituída pela *Orthoepia*, a *Orthographia*, a *Etymologia* [a Morfologia] e a *Syntaxe*. Por outro, se, ultrapassando os usos e os factos de uma língua particular, "o espirito se adianta a indagar e descobrir nas leis physicas do som e dos movimentos dos corpos organicos o mecanismo da formação da Linguagem; e nas leis psychologicas as primeiras causas e razões dos procedimentos uniformes, que todas as Linguas seguem na analyse e enunciação do pensamento; então o systema, que daqui resulta, não he ja huma Grammatica puramente practica, mas scientifica e philosophica" (*Id* : IX).

Esta relação estabelecida entre *gramática e filosofia*, que tem na base o pressuposto de que a Gramática era uma parte da Lógica, a qual, naturalmente seria parte da Filosofia, releva em Jerónimo Barbosa, pelas próprias referências apresentadas (que vão dos clássicos Protágoras, Platão e Aristóteles a Sanchez de las Brozas, a Port-Royal e seguidores, a Contador de Argote e a Reis Lobato, entre outros), um substrato cultural que se afigura superior aos outros dois gramáticos.

Se a relevância atribuída ao exercício do espírito na descoberta de princípios e leis gerais, para além da validação científica derivante, fundamenta o epíteto "*Filosófica*", o que se realça é, no entanto, a natureza logicista do facto. Em Barbosa, prioritária e fundamentalmente, falar de *Filosofia* significa falar de *Lógica* neste sentido: "sendo a Grammatica de qualquer Lingua a primeira theoria, que principia a desenvolver o embrião das ideas confusas da idade pueril; e dependendo da exactidão dos seus principios o bom progresso nos mais estudos: ella

deve ser uma verdadeira Logica, que ensinando-se a falar, ensine ao mesmo tempo a discorrer. Que por isso a Grammatica foi sempre reputada como huma parte da Logica pela intima connexão, que as operações do nosso espirito tem com os signaes, que as exprimem" (1830:X).

Como sabemos, nos tratados dos filósofos antigos, com relevância para os Estóicos, a Lógica tinha um lugar especial.

3. A identificação tradicional estabelecida entre a *filosofia*, a *lógica* e a *gramática* (que em Portugal, como acabámos de ver, teve como mentores principais Melo Bacelar, Couto e Melo e Jerónimo Barbosa, com relevância para este último), invadiu claramente o século XX e vem sendo objecto, mais recentemente, de observações críticas de maior ou menor grau de pertinência⁹.

Após o célebre ensaio de Serrus sobre o paralelismo lógico-gramatical, o texto clarificador mais importante, *Logicismo e antilogicismo na gramática*, coube indubitavelmente ao linguista Eugenio Coseriu. Analisando com profunda perspicácia o entendimento gramatical vigente, aponta-lhe um conjunto de "erros" de apreciação, "logicistas" e "antilogicistas", que gostaríamos de sintetizar:

Assim, na perspectiva filosófica e logicista que vimos enunciando, a) a linguagem é um objecto de natureza lógica, i.e., um produto do pensamento lógico; b) esta logicidade situa-se no "sistema", na língua abstracta; c) há correspondência entre o lógico e o ontológico, entre os significados e as coisas significadas; d) existe um "pensamento lógico" universal, o que provaria a universalidade das categorias gramaticais.

Tais postulados não são, todavia, susceptíveis de validação. Em primeiro lugar, porque a linguagem não é propriamente lógica, mas anterior à lógica; depois, porque a "norma" é um sistema movente, e não estático; finalmente, porque não há correspondência entre determinadas categorias lógicas (partes da oração) e determinadas "categorias da realidade".

A tais "erros logicistas" costumam contrapor-se erros de sinal contrário, não menos importantes numa perspectiva científica, e mesmo didáctico-pedagógica. A atitude antilogicista, radical na sua essência, ao sublimar uma pretensa irracionalidade da natureza humana, tende implicitamente a valorar univocamente a componente subjectiva da linguagem e eventualmente o campo das emoções, como bem releva António Damásio n' *O erro de Descartes*.

Como bem acentua Coseriu, a atitude logicista ou antilogicista é uma atitude genérica que não se conforma numa qualquer doutrina vigente. Se tal atitude existia, no entanto, na década de 60, data da publicação da sua *Teoria da Linguagem*, ela continua a existir, sob formas eventualmente mais veladas, não só no campo dos teorizadores da língua, mas também no âmbito pedagógico, no âmbito do ensino-aprendizagem da própria língua portuguesa.

Com efeito, neste momento, em Portugal, no que respeita à formação de professores para a disciplina de Português, em resultado da estruturação de *currícula* específicos nas diversas instituições formadoras, podem delinear-se, *grosso modo*, os seguintes vectores: a) o vector *generativista*, de cor chomskiana, relativamente às diversas partes do discurso; o vector *estruturalista-distribucionalista*,

de cor aproximadamente harrisiana; o vector *funcionalista*; o vector *pragmático* e, final e paradoxalmente, o vector *tradicionalista*, reminiscência do racionalismo e do logicismo das décadas precedentes, claramente simbolizado na gramática levemente descritiva e fortemente normativa de Celso Cunha e Lindley Cintra¹⁰.

No que respeita à gramática generativa, e não obstante o contributo extraordinário para um conhecimento cada vez mais profundo das línguas naturais, das regras, parâmetros e princípios que as conformam, a etiqueta de "logicista", na medida em que os modelos negligenciam os aspectos sociais, psicológicos e pragmáticos das línguas e se vestem de um aparato lógico-formal complexo e de não despicienda abstracção, religa-a de certo modo às gramáticas gerais que, nos seus objectivos mais amplos, propugnavam exactamente a subida "às razões e princípios geraes da Linguagem" (cf. Jerónimo Barbosa: IX). Tal facto tem contribuído para uma certa distanciação dos resultados da sua investigação relativamente ao ensino-aprendizagem das línguas¹¹.

Por seu lado, os vectores estruturalista-distribucionalista, com provas dadas no passado mas insuficientes para a explicação de fenómenos linguísticos não objectualizáveis, e os vectores funcionalista e pragmático, também eles restrictores em múltiplos sentidos, não parecem susceptíveis de solucionar cabalmente o problema do "correcto" ensino da língua (na hipótese, bastas vezes contestada, de ser possível ensinar – e ademais "correctamente" – uma língua).

Finalmente, o vector tradicionalista, fortemente logicista, traduzido na aceitação geral das diversas partes do discurso (Fonética, Morfologia, Sintaxe, são aceites como esquemas naturais preexistentes na linguagem, tal como as diversas categorias) e na actualização pedagógica daí decorrente, continua paradoxalmente, em época de impulsos teóricos inovadores, o seu império regulador, não obstante a sua assistemática e o seu carácter não científico.

A prevalência deste logicismo, com certeza multicolor nos traços que o conformam, entra estranhamente em choque, na actualidade linguística portuguesa, com a crescente incapacidade dos falantes e escreventes do português para articularem *logicamente* o seu discurso. Se a linguagem é intrinsecamente lógica, isto é, se obedece a saberes ilocutivos e a variadas normas lógicas de coerência (por exemplo, princípios como o da não-contradição, não-tautologia, etc) (cf. Coseriu, *ibidem*), e se nas diversas fases de aprendizagem da língua se "ensina" português (é de presumir que se valora a Sintaxe em detrimento da Morfologia, embora toda a tradição gramatical e pedagógica seja claramente morfológica), por que razão têm os nossos jovens tanta dificuldade na argumentação, na exposição clara e *lógica* das suas ideias?

É sabido que as línguas são suficientemente ricas (pensemos nos valores sociais, culturais e outros) para ultrapassarem qualquer tentativa de formalização (ao referirmos "formalização", não queremos confundir a lógica que é intrínseca à linguagem com a Lógica enquanto disciplina que estuda esta logicidade). No entanto, perante a visível degenerescência da capacidade lógica do ser português – reflectida aliás em recente inquérito sobre iliteracia –, perguntamo-nos se (e porventura seremos criticados pela "anacronia"), a par da sua valoração no discurso apofântico ou enquanto metalinguagem científica, a Lógica não de-

veria ser uma disciplina a ressurgir das cinzas, enquadrada em lugar conveniente da mãe Filosofia, disciplina geral no ensino secundário português.

E não se insista que tal sugestão é nova, ou que é anacrónica. Lembremos que, no respeitante à linguística, B. Croce há muito apregoou a necessidade de estudos prévios de Filosofia e em particular de Lógica (*apud* Coseriu, p.252), tento em vista um mais profundo conhecimento das línguas.

É indubitável que, desde Saussure, as tentativas de independentização da gramática como disciplina autónoma da lógica e da psicologia se baseiam no pressuposto de que a lógica, aristotélica, cartesiana ou simbólica, é incapaz de analisar com o rigor científico requerido as leis do raciocínio humano. Nesse sentido, terá valor relativo a afirmação de que não explicam a estrutura mais intrínseca de uma língua natural¹².

Conscientes desse risco, não nos repugnaria no entanto assistir à revitalização dos estudos lógicos – ou da zona da lógica que imediatamente interessa a alunos de Língua Portuguesa, de Matemática e disciplinas afins –, no sentido de os conduzir à clarificação plena do seu pensamento.

Como nota Coseriu, a gramática “lógica” não deve abandonar-se, mas há que defini-la e formulá-la num sentido novo.

Uma outra forma de revitalização do ensino-aprendizagem das línguas, poderia passar, com grande proveito na nossa opinião, pela leitura calma e penetrada das gramáticas da nossa língua. Haverá muitas, em língua portuguesa, tão sumarentas quanto a *Gramática Filosófica* de Jerónimo Soares Barbosa? E, no entanto, quantos professores de Português a conhecem?

NOTAS

¹ Arnault, Antoine, Lancelot, Claude (1809), *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*. Bossange et Masson: Paris. A primeira edição é de 1660. Restaut, Pierre (1730), *Principes généraux et raisonnés de la grammaire française avec des observations sur l'orthographe, les accents, la ponctuation et la prononciation*. Paris. Harris, James (1751), *Hermes or a Philosophical Inquiry Concerning Language and Universal Grammar*. London [trd. francesa *Hermès ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle*, Paris, 1972, edição de André Joly]. Du Chatelet, Émile (1754), *Grammaire Raisonnée*. Paris. Bouchot, L. (1760), *Différence entre la grammaire et la grammaire générale raisonnée. Cette dernière ne peut servir d'introduction à la première pour aucune langue*. Pont-à-Mousson. Paris. Beauzée, Nicolas (1767), *Grammaire générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage, pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*. Paris. Du Marsais, César (1769), *Logique et principes de grammaire*. Paris. De Lavau (1769), *Les principes raisonnés de la langue française*. Londres. Condillac, Étienne (1780), *La logique, ou les premiers développements de l'art de penser, ouvrage élémentaire*. Paris. Fauleau (1786), *Métaphysique de la langue française ou développement des principes sur lesquels est établie la contexture de cette langue*. Paris. Levizac (Abbé de) (1797), *Art de parler et d'écrire correctement la langue française ou Grammaire philosophique et littéraire de cette langue*. Londres. Sacy, Sylvestre de (1799), *Principes de Grammaire générale*. Paris. Sicard, R.A. (1799), *Éléments de grammaire générale appliquée à la langue française*. Paris. Loneaux (1800), *Grammaire Générale appliquée à la langue française*. Paris-Liège. Thiébauld, Dieudonné (1802), *Grammaire philosophique, ou la métaphysique et la grammaire réunies en un seul corps de doctrine*. Paris. Daube, L.-J. (1803), *Essai d'Idéologie, ou introduction à la grammaire générale*. Paris. Boinvilliers (1803), *Grammaire raisonnée*. Paris.

- Montlivault, M.Comte de (1828), *Grammaire générale et philosophique, précédée d'un coup d'oeil sur la nature et le mécanisme des langues*. Paris. Thiébauld, Dieudonné (1802), *Grammaire philosophique*. Paris. Para um conhecimento global das gramáticas gerais, ver André Joly e Jean Stéfanini (1977), *La Grammaire Générale, des Modistes aux Idéologues*. Université de Lille III: Lille.
- ² Jespersen, Otto (1924). *The philosophy of Grammar*. George Allen & Unwin Ltd: London. [trad. franc. *La philosophie de la grammaire*. Paris, Minuit, 1971]. Serrus, Ch. (1933), *Le parallélisme logico-grammatical*. Paris. Coseriu, Eugenio (1982), *Logicismo y antilogicismo en la gramática*. Madrid: Gredos. Köller, Willelm (1988), *Philosophie der Grammatik*. Stuttgart: J.M. Metzlersche, Verlagsbuchhandlung.
- ³ As relações entre gramática, filosofia e lógica têm sido, por vezes, diacronicamente conflitantes. Expressões como "gramática filosófica", "lógica filosófica" ou "filosofia lógica" prestam-se naturalmente a discussões pelo valor conceptual dos termos envolvidos. A este propósito ver W.V.O.Quine (1970), *Philosophy of Logic*, Prentice Hall e A. Tarski (1972-4), *Logique, Sémantique, Métamathématique*, A. Colin, Paris.
- ⁴ Amadeu Torres (1996: 7) regista como exemplo europeu anterior, seguido pelos portugueses, a *Grammatica Philosophica* de G.Schopp (1628). [Torres, Amadeu R. (1996), *Gramática filosófica da língua portuguesa, de Bernardo de Lima e Melo Bacelar*. Academia Portuguesa de História: Lisboa]
- ⁵ Cf. *Ibidem*, p. 8.
- ⁶ Seguimos a reprodução fac-similada da edição de 1783 publicada por Amadeu Torres e já citada.
- ⁷ No contexto da gramática de Melo Bacelar, "som" pode considerar-se sinónimo de "palavra". Por exemplo, "O Agente Grammatical, ou Nominativo he o som, ou palavra, que nomêa, ou representa tudo aquillo, que neste mundo, ou na oração obra, he" (p.61).
- ⁸ Seguimos a edição de 1830, reprodução exacta da edição *princeps*.
- ⁹ Ver, por exemplo, as discussões sobre modelos lógicos e níveis de análise linguística que tiveram lugar no Colóquio organizado pelo Centro de Análise Sintáctica da Universidade de Metz, em Novembro de 1974, sintetizadas em Actas. A intervenção de Eugenio Coseriu, sob o título *Logique du Langage et Logique de la Grammaire*, permite compreender a distanciação existente entre a Lógica da Gramática (no sentido tradicional), a Lógica da Linguagem e as diversas Lógicas representativas de outras linguagens, de que se realça, por exemplo, em Matemática, a Lógica Bivalente. [David, Jean e Martin Robert (1976), *Modèles Logiques et Niveaux d'Analyse Linguistique*. Actes du Colloque de Novembre 1974. Metz: Université de Metz.]
- ¹⁰ Cunha, Celso e Cintra, Lindley (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Sá da Costa: Lisboa.
- ¹¹ Passada a fase da novidade dos primeiros modelos da gramática generativa, com consequências aparentemente nada positivas para o ensino-aprendizagem da língua, apenas se salienta a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Maria Helena Mira Mateus *et alii*, dirigida expressamente a universitários.
- ¹² Câmara Jr., Joaquim Mattoso (1992), *Estrutura da Língua Portuguesa*. Ed. Vozes: Rio de Janeiro, p.12.